



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2015
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Controle e ação repressiva: a atuação dos Capitães-do-Mato no Rio Grande de São Pedro (1768-1828)
<b>Autor</b>	LUÍSA MACHADO MONTEDO DE OLIVEIRA
<b>Orientador</b>	HELEN OSORIO

## **Controle e ação repressiva: a atuação dos Capitães-do-Mato no Rio Grande de São Pedro (1768-1828)**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

**Autora:** Luísa Machado Montedo de Oliveira/ PIBIC-CNPQ

**Orientadora:** Helen Osório

A Coroa estabeleceu estratégias repressivas que tentaram manter sob controle os escravos fugidos, já que a fuga era quase inerente à escravidão. Foi nesse processo que se criou o cargo de capitão-do-mato, especialista na caça de escravos e destruição de quilombos.

Almejamos na pesquisa em desenvolvimento perceber a atuação e o papel desempenhado pelos Capitães-do-Mato no Rio Grande escravista. Partimos das provisões expedidas para o cargo, através das Atas da Câmara da Vila de Rio Grande, de 1768 até o ano de 1828. Temos como objetivo identificar os sujeitos que eram providos para este cargo e analisar a origem e meio social do qual provinham, assim como pretendemos perceber o modo como os Capitães agiam “em serviço”. Para isto recorreremos aos processos-crime localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A justificativa para o estudo dá-se devido à falta de pesquisas, principalmente no Rio Grande do Sul, sobre os Capitães-do-Mato, homens que eram nomeados pela Câmara para exercer a função de capturar escravos fugidos. Como qualquer cargo camarário, para ser Capitão-do-Mato, era necessário obter licença para exercê-lo. Em aviso de 23/04/1813 vindo da corte, é explicitado que a nomeação era considerada privativa da Câmara, para períodos determinados e com possibilidade de renovação. Ressalta-se que este cargo não podia ser considerado posto militar, ainda que se permitisse o de uniforme, mas sem distintivo, já que este era de uso privativo dos militares. Neste sentido, João José Reis (1996) chama atenção para o menosprezo por parte da população pela função de Capitão-do-Mato.

Durante o período que nos propomos a estudar, 60 anos, contabilizamos 77 provisões expedidas pela Câmara para ocupar o cargo. Podemos observar que existia o interesse da Câmara para que o mesmo fosse provido. No entanto, no Livro de Posses da Câmara, entre os anos de 1809-1825, apenas 20 homens assinam o livro, enquanto nas vereanças do mesmo período, houve 37 provisões. A partir desta constatação levantamos a questão: todos os homens providos assumiam a função, ou realmente faltavam indivíduos que se dispusessem a ocupar tal cargo? O recorte temporal escolhido deve-se às informações que obtivemos através das fontes consultadas. Em 1768, em uma ata da Câmara, aparece pela primeira vez um edital para que fosse escolhido um capitão-do-mato para o Arraial de Viamão. Findamos com o ano de 1828, quando foi promulgada a lei que modificou as competências das Câmaras.